

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	8
1.5 Principais clientes	9
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	10
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	11
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	12
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	13
1.10 Informações de sociedade de economia mista	16
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	17
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	18
1.13 Acordos de acionistas	19
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	20
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	21
1.16 Outras informações relevantes	22
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	23
2.2 Resultados operacional e financeiro	25
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	26
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	27
2.5 Medições não contábeis	28
2.6 Eventos subsequentes as DFs	30
2.7 Destinação de resultados	31
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	33
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	34
2.10 Planos de negócios	35
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	36
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	37
3.2 Acompanhamento das projeções	38

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	39
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	42
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	43
4.4 Processos não sigilosos relevantes	44
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	45
4.6 Processos sigilosos relevantes	46
4.7 Outras contingências relevantes	47
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	48
5.2 Descrição dos controles internos	52
5.3 Programa de integridade	54
5.4 Alterações significativas	58
5.5 Outras informações relevantes	59
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	60
6.3 Distribuição de capital	64
6.4 Participação em sociedades	65
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	66
6.6 Outras informações relevantes	67
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	68
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	71
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	72
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	77
7.4 Composição dos comitês	84
7.5 Relações familiares	87
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	91
7.7 Acordos/seguros de administradores	93
7.8 Outras informações relevantes	94
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	95

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	100
8.3 Remuneração variável	104
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	106
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	107
8.6 Outorga de opções de compra de ações	108
8.7 Opções em aberto	109
8.8 Opções exercidas e ações entregues	110
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	111
8.10 Outorga de ações	112
8.11 Ações entregues	113
8.12 Precificação das ações/opções	114
8.13 Participações detidas por órgão	115
8.14 Planos de previdência	116
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	117
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	118
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	119
8.18 Remuneração - Outras funções	120
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	121
8.20 Outras informações relevantes	123
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	124
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	125
9.4 Outras informações relevantes	126
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	127
10.1 Descrição dos recursos humanos	128
10.2 Alterações relevantes	129
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	130
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	132
10.5 Outras informações relevantes	133
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	134

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	135
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	143
11.3 Outras informações relevantes	145
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	146
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	148
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	149
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	150
12.5 Mercados de negociação no Brasil	151
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	152
12.7 Títulos emitidos no exterior	153
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	154
12.9 Outras informações relevantes	155
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	156
13.1 Declaração do diretor presidente	157
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	158
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	159

1.1 Histórico do emissor

1.1. Breve histórico da Companhia

A Suzano Holding S.A. (“Companhia”) foi fundada em 1954 sob a denominação Feffer S.A. Comercial Importadora, tendo sua razão social alterada em 1960 para Nemo S.A. Administração de Negócios Mobiliários e em seguida para Nemo S.A. Comércio e Administração. Posteriormente, a Companhia teve a sua denominação social novamente alterada para SPP-Nemo S.A. e passou a abranger os objetivos de sociedade *holding, trading* e distribuidora.

Em 1981, foi aprovada a sua cisão, da qual resultou a criação da SPP-Nemo S.A. Comercial e Exportadora com os objetivos de *trading* e distribuidora e a alteração de sua denominação social para NemoFeffer S.A., com o objetivo social de apoiar empresas privadas nacionais.

Em 1982, a Companhia foi registrada como companhia aberta perante a CVM. Atualmente, as ações ordinárias, preferenciais classe “A” e preferenciais classe “B” de emissão da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA respectivamente sob os símbolos “NEMO3”, “NEMO5” e “NEMO6”.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de novembro de 1988, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, com versão da parcela cindida para a constituição de uma nova sociedade denominada Polpar S.A.

Em 2003, deu-se início à implementação de um amplo processo de reestruturação societária e organizacional do grupo econômico da Companhia, visando a agregar valor para os acionistas, através do foco em profissionalização, na alta performance gerencial, na redução dos custos corporativos e na implantação de mecanismos de controle das subsidiárias, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre o maior grau de autonomia de gestão das empresas controladas e uma atuação mais estratégica e de longo prazo para os acionistas controladores, observando-se as melhores práticas de governança corporativa. A NemoFeffer S.A. teve então sua denominação social alterada para Suzano Holding S.A., tendo selecionados executivos internamente e no mercado para a sua direção, com vistas a capacitá-la para exercer, de forma plena e alinhada, suas funções de formulação estratégica, controle e elaboração de políticas corporativas.

Durante o ano de 2005, foi iniciada a elaboração do código de conduta da Companhia. A intenção foi a de obter dos administradores, gestores e colaboradores das sociedades integrantes do grupo econômico um compromisso com os princípios éticos que norteiam a atuação empresarial, além de disseminá-los a toda a sua rede de relacionamentos. Os princípios éticos da Companhia, que foram definidos com base nos valores corporativos

1.1 Histórico do emissor

e nos pilares de gestão, são os seguintes: (i) governança corporativa; (ii) integridade; (iii) transparência; (iv) desenvolvimento sustentável; e (v) valorização profissional.

A principal atividade da Companhia é a participação, como sócia, em outras sociedades. A Companhia possui atualmente participações nas seguintes sociedades: (i) Suzano S.A. e (ii) Premesa S.A.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrição sumária das atividades principais desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas

Suzano Holding S.A.

A Companhia é uma holding cujo principal ativo é a Suzano S.A., companhia que tem como atividade principal a produção e comercialização de papel e celulose. Além da Suzano S.A., a Companhia atua no ramo imobiliário por meio de sua controlada Premesa S.A.

Suzano S.A.

A Suzano S.A. acredita ser uma das maiores produtoras verticalmente integradas de papel e celulose da América Latina, com mais de 90 anos de experiência no setor. A Suzano S.A., por meio de suas empresas controladas, opera, preponderantemente, em dois segmentos: celulose e papel, cujo portfólio é integrado por celulose de mercado, celulose fluff, papéis de imprimir e escrever (revestido e não-revestido), papelcartão e papel tissue.

A Suzano S.A. tem por objeto (i) a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, incluindo a reciclagem destes, bem como de madeira e de produtos relacionados ao setor gráfico; (ii) a formação e a exploração de florestas homogêneas, próprias ou de terceiros, diretamente ou através de contratos com empresas especializadas em silvicultura e manejo florestal; (iii) a prestação de serviços, a importação, a exportação e a exploração de bens relacionados ao objeto da Suzano S.A.; (iv) o transporte, por conta própria e de terceiros; (v) a participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento; (vi) a operação de terminais portuários; (vii) a geração e a comercialização de energia elétrica; (viii) prestação de serviços de transporte aquaviário pelas modalidades cabotagem e navegação interior, bem como atividades auxiliares, tais como operação e sinalização náutica; (ix) a prestação de serviços de operador portuário para movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área de porto organizado; e (x) a operação de aeroportos e campos de aterrissagem.

Na década de 50, a Suzano S.A. foi a primeira produtora no mundo a utilizar a celulose de eucalipto em escala industrial, sendo que, em meados da década de 60, a Suzano S.A. foi também a primeira a produzir papel para imprimir e escrever utilizando 100% de celulose de eucalipto. A Suzano S.A. é uma das principais produtoras de papel no Brasil, e foi responsável até junho de 2020 por cerca de 39% das vendas frente aos fabricantes brasileiros de papel para imprimir e escrever e 26% de papelcartão, de acordo com a Ibá.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Ainda, além das controladas que suportam as atividades principais da Suzano S.A., a empresa FuturaGene, atuante no setor de biotecnologia, foi adquirida para alavancar a competência florestal da Suzano S.A..

Em 2020, a Suzano S.A. era a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, também ocupando a primeira colocação como maior produtora de celulose de mercado, segundo a consultoria especializada na indústria de papel e celulose Hawkins Wright. Ainda segundo a Hawkins Wright, os 20 maiores produtores representaram 74% do mercado de celulose em 2021, cuja capacidade de celulose de mercado totalizava 75,3 milhões de toneladas.

A estrutura da Suzano S.A. inclui escritórios administrativos em Salvador (BA) e em São Paulo (SP), e conta com duas fábricas de produção integrada de celulose e papel no Estado de São Paulo, as Unidades Suzano e Limeira; uma fábrica não integrada de produção de papel no Estado de São Paulo, a Unidade Rio Verde; uma fábrica integrada de celulose, papel e tissue no Estado da Bahia, a Unidade Mucuri; e uma fábrica integrada de celulose e tissue no Estado do Maranhão, a Unidade Imperatriz. Após a incorporação da Fibria, passaram a fazer parte desta estrutura três fábricas de produção de celulose de mercado, uma localizada no estado do Mato Grosso do Sul, a Unidade Três Lagoas, uma no Estado de São Paulo, a Unidade Jacareí e uma no Estado do Espírito Santo, a Unidade Aracruz.

A participação acionária na Veracel, em conjunto com a Stora Enso, uma unidade produtora de celulose de mercado localizada em Eunápolis no Estado da Bahia, e de Portocel, em conjunto com a Cenibra, um terminal especializado na exportação de papel e celulose localizado em Aracruz no Estado do Espírito Santo, também passam a fazer parte desta estrutura. Com a aquisição da FACEPA, somam-se também as unidades industriais de produção de papéis tissue localizadas no Estado do Pará, a Unidade Belém, e no Estado do Ceará, a Unidade Fortaleza. Além das unidades industriais, a Suzano S.A. também possui uma das maiores estruturas distribuição de papéis e produtos gráficos da América do Sul, escritórios administrativos em Salvador (BA) e em São Paulo (SP) e a FuturaGene.

Em 28.12.2020 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano S.A. a incorporação da Facepa e da FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda. que teve efeitos a partir de 31.12.2020.

No exterior, a Suzano S.A. mantém escritório de representação e subsidiária na China, controladas nos Estados Unidos, Suíça, Argentina e Áustria, e laboratórios de pesquisa em Israel, Canada e Brasil. Ao final de 2020, atuavam mais de 17,4 mil colaboradores próprios e 21,4 mil em atividades terceirizadas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A produção de celulose de eucalipto da Suzano S.A. supre 100% de sua demanda para a produção de papel, sendo o restante vendido como celulose de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a Suzano S.A. possuía 2,5 milhões de hectares de terras (próprias, arrendadas, parcerias e fomento), dos quais 1,3 milhão de hectares são ocupados por plantios de eucalipto e um milhão destinado à conservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação que determina o percentual de área para as reservas legais e de preservação permanente - localizadas principalmente às margens dos rios. O restante do montante está relacionado a áreas de infraestrutura, como estradas. As unidades de produção estão em cumprimento ou excedem os padrões ambientais tanto brasileiros quanto internacionais relativos à produção de papel e celulose. A capacidade instalada destinada a produção de celulose de mercado era de 10,9 milhões de toneladas por ano e 1,4 milhão de toneladas de papel.

A escala de produção, a proximidade dos plantios em relação às fábricas e a integração entre os processos de produção de celulose, papel e tissue são importantes alavancas de competitividade da Suzano. As áreas de plantio localizam-se em média a 250 km das unidades produtoras de celulose, tendo como estratégia o uso de modernas tecnologias de otimização de transporte. As Unidades Suzano, Rio Verde e Limeira (SP), voltadas principalmente para o mercado doméstico, estão localizadas próximas à cidade de São Paulo, o maior centro consumidor do Brasil, de acordo com dados da Ibá e da RISI. A Unidade Aracruz (ES) utiliza a estrutura de Portocel, localizado a apenas 3km por rodovia desta fábrica. A Unidade Mucuri (BA), voltada, principalmente, para o mercado externo, está localizada a, aproximadamente, 300 km do Porto de Vitória e a 250 km de Portocel. As unidades Jacareí (SP), Três Lagoas (MS) e Imperatriz (MA), focadas na exportação de celulose, utilizam o modal ferroviário para escoamento de sua produção para os Portos de Santos (SP) e Itaqui (MA). A distância relativamente curta entre as florestas, as fábricas, a maioria dos clientes do mercado doméstico e os portos, assim como o uso da multimodalidade, possibilitam menores custos de transporte e impactos socioambientais, assim proporcionando menores custos totais de produção.

Em 31 de dezembro de 2022, a Suzano S.A. tinha um total de ativos consolidados de R\$ 133,2 bilhões, um patrimônio líquido de R\$ 33,1 bilhões, receita líquida consolidada de R\$ 49,8 bilhões e EBITDA Ajustado de R\$ 28,2 bilhões.

Premesa S.A.

A controlada tem por objeto a locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

a. produtos e serviços comercializados

A Companhia é uma holding que não possui produtos ou serviços comercializados. As receitas da Companhia decorrem principalmente de sua controlada Suzano S.A., que tem como principal atividade o segmento de papel e celulose e da atividade imobiliária da controlada Premesa S.A.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A receita proveniente de cada segmento de negócio e sua participação na receita líquida, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 são as seguintes:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (*)			
	2022			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)	41.384.322	8.446.624	4.653	49.835.599
Participação na receita líquida	83,0%	16,9%	0,1%	100%
	2021			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)	34.715.208	6.250.223	7.179	40.972.610
Participação na receita líquida	84,7%	15,3%	0,0%	100%
	2020			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)	25.578.265	4.882.012	5.103	30.465.380
Participação na receita líquida	83,9%	16,0%	0,1%	100%

(*) As informações anuais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir da nota explicativa de Informações por Segmento das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O lucro ou prejuízo proveniente de cada segmento de negócio e sua participação no lucro ou prejuízo líquido, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 são as seguintes:

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (*)					
2022					
	<u>Celulose</u>	<u>Papel</u>	<u>Imobiliário</u>	<u>Não Segmentado</u>	<u>Total</u>
Lucro (prejuízo) líquido (R\$ mil)	19.360.445	2.862.336	3.051	1.166.574	23.392.406
Participação no lucro (prejuízo) líquido	82,8%	12,2%	0,0%	5,0%	100,0%
2021					
	<u>Celulose</u>	<u>Papel</u>	<u>Imobiliário</u>	<u>Não Segmentado</u>	<u>Total</u>
Lucro (prejuízo) líquido (R\$ mil)	16.297.576	1.882.614	5.176	(9.550.783)	8.634.583
Participação no lucro (prejuízo) líquido	188,7%	21,8%	0,1%	(110,6)%	100%
2020					
	<u>Celulose</u>	<u>Papel</u>	<u>Imobiliário</u>	<u>Não Segmentado</u>	<u>Total</u>
Lucro (prejuízo) líquido (R\$ mil)	7.413.852	1.029.542	2.912	(19.178.050)	(10.731.744)
Participação no lucro (prejuízo) líquido	(69,1)%	(9,6)%	(0,1)%	178,8%	100%

(*) As informações anuais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir da nota explicativa de Informações por Segmento das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

As informações apresentadas em “Não Segmentadas” estão relacionadas à demonstração do resultado e itens do balanço patrimonial não diretamente atribuídos aos segmentos de papel, celulose e imobiliários, tais como, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além dos itens de classificação patrimonial de ativos e passivos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever: (a) características do processo de produção; (b) características do processo de distribuição; (c) características dos mercados de atuação, em especial: i. participação em cada um dos mercados; ii. condições de competição nos mercados; (d) eventual sazonalidade; (e) principais insumos e matérias primas, informando: i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii. eventual dependência de poucos fornecedores; e iii. eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável. A Companhia não produz produtos ou serviços dos segmentos operacionais.

Informações referentes aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais da controlada Suzano S.A. constam no item 1.4 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

1.5 Principais clientes

1.5. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia) informando (a) o montante total de receitas provenientes do cliente; e (b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável. Devido à natureza de suas operações, a Companhia não obtém receitas de venda de produtos ou prestação de serviços.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não aplicável. A Companhia não está sujeita a autorizações governamentais para o exercício de suas atividades.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

Não aplicável. A Companhia não está sujeita ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não aplicável. A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros: (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; (ii) em favor de partidos políticos; e (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável. A Companhia não faz ou fez contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes considerando (a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total do emissor; (b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não Aplicável. A Companhia não obtém receitas relevantes em outros países.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios da Companhia

Não aplicável. A Companhia não obtém receitas relevantes em outros países.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG):

a. divulgação de informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não divulga informações ASG por meio de relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

b. metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

c. auditoria ou revisão do relatório ou documento por entidade independente (identificar a entidade, se for o caso)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

d. página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado e se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

f. relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

g. relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

h. realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

i. explicações da Companhia sobre:

(i) a não divulgação de informações ASG

A Companhia, por ser uma empresa Holding, está exposta a riscos de menor complexidade se comparado com uma empresa operacional e não faz relatórios

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

anuais de informações ASG. De todo modo, a Companhia está ciente da relevância do tema ASG e da significância da exposição dessas informações para a sociedade e para o mercado em geral e, inclusive, algumas informações pertinentes a esse tema e condizentes com a atividade da Companhia, como levantamento e controle dos dados autodeclarados dos colaboradores voltados para aspectos de diversidade, podem ser encontrados nessa nova versão do Formulário de Referência 2023.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade;

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Conforme informado no item (i) acima, a Companhia não elabora documento específico para divulgação das informações ASG. Entretanto, a Companhia nota que possui acompanhamento de alguns indicadores ASG como clima organizacional, controle de rotatividade de funcionários, dados autodeclarados dos colaboradores voltados para aspectos de diversidade.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia entende que sua atividade gera baixa emissão de gases de efeito estufa, de forma que não adotou ferramenta de gestão e monitoramento de emissões de gases de efeito estufa.

A controlada da Companhia, Suzano S.A., divulga periodicamente suas informações ASG através de Relatórios Anuais que podem ser acessados no site <http://centraldesustentabilidade.suzano.com.br/>. O Relatório Anual da Companhia referente ao ano de 2022 foi publicado em abril de 2023.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Mais detalhes sobre as informações ASG da Suzano S.A. constam no item 1.9 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no último exercício social

Não aplicável. Não houve, no último exercício social, aquisição ou alienação de ativos relevantes que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 2.800.000.000,00, mediante a capitalização de parte das Reservas de Lucros existentes em 31 de dezembro de 2022, em cumprimento ao disposto no art. 199 da Lei das S.A., atribuindo-se aos Acionistas, a título de bonificação, 172.927.303 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo (a) 75.034.146 ações ordinárias, (b) 68.572.827 ações preferenciais classe A e (c) 29.320.330 ações preferenciais classe B, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada ação existente, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.975.670.351,97 para R\$ 4.775.670.351,97, dividido em 345.854.606 ações, sendo 150.068.292 ações ordinárias, 137.145.654 ações preferenciais classe A e 58.640.660 ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

As informações mais detalhadas sobre o referido aumento constam na AGOE que foi divulgada na CVM e no site da Companhia (<http://www.suzanoholding.com.br/>).

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas no último exercício social e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Em 23 de junho de 2022 foi celebrado o 1º Aditamento ao Acordo de Acionistas da Companhia celebrado em 28 de setembro de 2017, ambos arquivados na sede da Companhia e disponíveis na CVM e no site da Companhia <http://www.suzanoholding.com.br/>.

Referido aditamento teve como objeto a prorrogação de seu prazo de vigência para 23 de junho de 2042.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social

Não houve, no último exercício social, alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com as atividades operacionais no último exercício social

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou suas controladas no último exercício social não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos, assim como possui acesso a diferentes fontes de financiamento. Nos exercícios sociais de 2022 e 2021 a Companhia registrou lucros de R\$ 6.459,6 milhões e de R\$ 2.349,4 milhões, respectivamente, em comparação ao prejuízo 2.938,9 milhões sofrido em 2020. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 28.188,6 milhões, R\$ 23.469,7 milhões e R\$ 14.947,0 milhões nos respectivos períodos.

b. estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 9.355.545 mil, representando um acréscimo de 124,73%, ou R\$ 5.192.529 mil em relação a 31 de dezembro de 2021, e um acréscimo de 362,38%, ou R\$ 7.332.179 mil, em relação a 31 de dezembro de 2020. A variação é explicada, em sua maior parte, pelo resultado de equivalência patrimonial na controlada Suzano S.A.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia através de suas receitas de dividendos, e juros sobre o capital próprio.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, e resultado de aplicações financeiras.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de eventuais deficiências de liquidez. As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2022 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “2.1.d.” e “2.1. f.”.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia não possui financiamentos, empréstimos ou dívidas relevantes de qualquer natureza.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui financiamentos contratados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

No exercício de 2022 a Companhia (i) pagou dividendos intermediários, referente ao exercício de 2022, o montante de R\$ 708.600 mil; (ii) recebeu dividendos intermediários da controlada Suzano S.A., referente ao exercício de 2022, o montante de R\$ 659.784 mil; e (iii) registrou no seu ativo circulante os dividendos propostos a receber de sua controlada Premesa S.A., no valor de R\$ 783 mil.

Além disso, no exercício de 2022 a Companhia concedeu mútuos a sua empresa relacionada IPLF Holding S.A., no montante de R\$ 34.651 mil, sem incidência de juros, com vencimento a ser convencionado entre as partes, antecipado ou prorrogado, totalizando um saldo de R\$ 68.524 mil, que foi quitado em 14 de dezembro de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 6.459,6 milhões, em comparação ao lucro de 31 de dezembro de 2021 de R\$ 2.349,4 milhões, e em comparação ao prejuízo de R\$ 2.938,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. O principal fator que contribuiu para os lucros de 2022 e 2021 e para o prejuízo de 2020 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A., decorrente do lucro e prejuízos dessa controlada.

(em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Equivalência patrimonial	6.467.231	2.356.872	(2.917.824)
Despesas operacionais, líquidas	(11.481)	(8.253)	(7.251)
Resultado financeiro líquido	4.247	691	1.788
Imposto de renda e contribuição social	(382)	105	(15.576)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	6.459.615	2.349.415	(2.938.863)
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano S.A.	6.464.163	2.351.701	(2.920.818)
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	3.068	5.171	2.994
	6.467.231	2.356.872	(2.917.824)

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não tivemos mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2 acima.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não tivemos opiniões modificadas e ênfases nos relatórios dos auditores independentes.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso da Companhia tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), a Companhia deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação, amortização e exaustão.

O EBITDA não é medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como resultados financeiros e tributos.

O EBITDA consolidado apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 totalizaram os montantes de R\$ 28.189 milhões, R\$ 23.470 milhões e R\$ 14.947 milhões, respectivamente. As margens EBITDA em relação às receitas líquidas foram de 56,56%, 57,28% e 49,06%, respectivamente.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Cálculo do EBITDA			
Demonstrações Financeiras Consolidadas	Exercício social encerrado em 31.12.2022	Exercício social encerrado em 31.12.2021	Exercício social encerrado em 31.12.2020
Receita Líquida Total (em R\$ mil)	49.835.599	40.972.610	30.465.383
Resultado Bruto (em R\$ mil)	25.012.775	20.355.276	11.966.608
Despesas operacionais:			
(-) Despesas com vendas (em R\$ mil)	(2.483.194)	(2.291.722)	(1.347.468)
(-) Despesas gerais e administrativas (Em R\$ mil)	(1.719.896)	(1.585.154)	(1.360.856)

2.5 Medições não contábeis

(+) Outras receitas (despesas) operacionais e ajustes (Em R\$ mil)	(29.687)	(50.912)	161.730
(=) EBIT (Em R\$ mil)	20.779.998	16.427.488	9.420.014
(+) Depreciações e Amortizações (Em R\$ mil)	7.408.651	7.042.200	5.526.938
(=) EBITDA (Em R\$ mil)	28.188.649	23.469.688	14.946.952
Margem de EBITDA %	56,56%	57,28%	49,06%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia considera o EBITDA e o EBITDA Ajustado, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis como indicador razoável de comparação entre seus principais concorrentes de mercado.

Este indicador não contábil é utilizado pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa, ainda que com determinadas limitações, da Companhia.

A Companhia considera a geração de Caixa Operacional uma importante medida de desempenho financeiro em uma indústria de capital intensivo.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Decisão do STF – eficácia da coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal no Brasil concluiu o julgamento relativos aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada. Não obstante, até a data da elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2022, o conteúdo das decisões ainda não tinha sido publicado e a Companhia e suas controladas não são parte em nenhum processo em decorrência do qual um tributo não esteja sendo recolhido em razão de decisão passada transitada em julgado. Dessa forma, a Companhia e suas controladas não terão nenhum ajuste material de provisão em função das decisões proferidas no dia 08 de fevereiro de 2023.

Cancelamento de ações em tesouraria

Em 28 de fevereiro de 2023, a controlada Suzano S.A. deliberou pelo cancelamento de 37.145.969 ações ordinárias, que estavam sendo mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis. Após o cancelamento de ações, o capital social da controlada Suzano S.A. de R\$9.269.281, passou a ser dividido em 1.324.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social; (ii) 25% do lucro líquido, no mínimo, deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; (iii) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O valor remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Conforme mencionado no item anterior, o Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

O Estatuto Social prevê, ainda, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A., que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar. Ademais, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização das ações da Companhia, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros.

Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995. Caso pagas dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro

2.7 Destinação de resultados

ou reservas de lucros.

Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, poderá ser levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos.

e. se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações societárias, direitos e obrigações de qualquer natureza estão registrados nas Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia; (b) natureza e o propósito da operação; (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que no momento a Companhia não possui plano de negócios.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. Projeções referente ao último exercício social, identificando: (a) objeto da projeção; (b) período projetado e o prazo de validade da projeção; (c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle; e (d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de a Companhia ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores: (a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário; (b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções; e (c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

a. emissor

A Companhia é uma holding, que não possui ações em circulação e depende das distribuições de lucros de suas controladas, inclusive para obter fluxo de caixa, sendo a maior parte de sua receita proveniente das atividades da Suzano S.A.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros de seu Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e alienações, bem como a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observada a exigência de pagamento do dividendo mínimo obrigatório imposta pela Lei das Sociedades por Ações.

A capacidade de pagar dividendos aos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das controladas, bem como da distribuição desses lucros à Companhia, sob a forma de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, deve-se pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual da Companhia, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

A Companhia pode vir a captar no futuro recursos adicionais por meio de operações de emissão pública de valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação através de distribuição pública de valores mobiliários conversíveis em ações poderá afetar o valor de suas ações e resultar na diluição da participação de acionistas no capital social.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As ações da Companhia não têm liquidez, limitando substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações pelo preço e na data desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

c. suas controladas e coligadas

A Companhia não possui sociedades coligadas.

Seu resultado operacional poderá ser afetado pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades das controladas, que poderão: (i) apresentar dificuldades financeiras que poderão resultar na necessidade de investimentos adicionais da Companhia; (ii) cometer atos ou lhes serem atribuídos fatos que venham a prejudicar a reputação, imagem e relacionamento com terceiros, impactando negativamente nos negócios e operações da Companhia; (iii) ter interesses econômicos e comerciais distintos dos da Companhia ou entre si; (iv) acarretar prejuízos à Companhia em virtude da sua responsabilização por eventuais obrigações de naturezas trabalhista, tributária, ambiental e/ou de defesa do consumidor; e (v) conter passivos ocultos. Tais fatores de risco poderão afetar o resultado estimado ou a perda de investimento da Companhia em tais controladas.

Os riscos da sua controlada Suzano S.A., estão detalhados no item 4.1 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

d. seus administradores;

A Companhia não identifica fatores de riscos em suas atividades relacionadas aos seus administradores.

e. seus fornecedores; f. seus clientes

Não aplicável. A Companhia não possui fornecedores e clientes.

g. setores da economia nos quais o emissor atue;

Por ser uma holding, a maior parte das atividades da Companhia são conduzidas através de suas subsidiárias. Deste modo, a participação em setores da economia se dá de maneira indireta, de acordo com a capacidade administrativa e organizacional de suas subsidiárias, o que está além do controle da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não é possível assegurar que a atuação da subsidiária no setor de papel e celulose será bem sucedida e produzirá os resultados almejados, o que poderá prejudicar as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O setor de papel e celulose, por sua vez, apresenta alta volatilidade, vez que, os preços de seus produtos são altamente influenciados por mercados internacionais, e, portanto, a Suzano S.A. têm pouco controle sobre os preços praticados, além de enfrentar concorrência significativa em alguns dos segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação no mercado de papel e celulose e sua lucratividade e, conseqüentemente, a da Companhia.

h. regulação dos setores em que o emissor atue;

A Companhia, por ser uma holding, tem a maior parte de suas atividades conduzidas através de suas controladas, não estando, portanto, sujeita a entes reguladores, exceto a Comissão de Valores Mobiliários, a que estão sujeitas todas as companhias abertas.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável. A Companhia não atua em países estrangeiros.

j. questões sociais; k. questões ambientais; l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Não aplicável. A Companhia é uma holding sem atividades operacionais.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A Companhia possui aproximadamente 27% de participação no capital social da controlada Suzano S.A., a qual em 31 de dezembro de 2022 foi responsável por quase 100% do resultado da Companhia. Como se trata de participação relevante, qualquer risco relacionado à Suzano S.A. e suas operações podem ocasionar um efeito adverso nos resultados operacionais e na performance financeira da Companhia.

Dessa forma, os riscos da Companhia estão diretamente ligados aos riscos da Suzano S.A., detalhados no item 4.1 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Cinco principais fatores de risco, dentre os enumerados no item 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Os principais riscos da Companhia derivam das atividades e resultados de sua controlada Suzano S.A., a qual estima que seus principais riscos estão ligados as seguintes questões:

- (1) Os preços dos produtos da Suzano S.A. são altamente afetados pelos preços do mercado internacional, que variam de acordo com uma série de fatores que vão além do controle da Suzano S.A. e pode afetar adversamente os resultados operacionais e condições financeiras e capacidade de operar suas plantas de forma economicamente viável;
- (2) Uma volatilidade significativa do Real frente ao Dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento da Suzano S.A., assim como os mercados de valores mobiliários brasileiros;
- (3) A atividade da Suzano S.A. apresenta riscos operacionais relevantes que, se materializados, podem resultar na paralisação de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condição financeira;
- (4) A não obtenção, não renovação tempestiva ou cancelamento das autorizações, licenças, outorgas e registros necessários para desenvolver as atividades da Suzano S.A. poderá afetar adversamente suas operações; e
- (5) O não atendimento às expectativas dos principais públicos de relacionamento da Suzano S.A. em relação a assuntos de ordem ambiental, social e de governança corporativa (ESG) pode prejudicar sua reputação, elevar seus custos, reduzir suas receitas ou expô-la a riscos adicionais.

Informações mais detalhadas sobre os 5 principais fatores de risco da Suzano S.A., constam no item 4.2 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A Companhia, por ser uma holding, tem a maior parte de suas atividades conduzidas através de suas controladas, não estando, portanto, exposta diretamente a riscos de mercado, riscos cambiais e a taxas de juros.

Sua controlada Suzano S.A. está exposta a riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de commodities que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Informações mais detalhadas de sua controlada sobre este tópico constam no item 4.3 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para seus negócios.

A sua controlada Suzano S.A., em 31 de dezembro de 2022, figurava no polo passivo de 8.087 processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária cujo valor total de contingências classificadas como perdas prováveis, líquido de depósitos judiciais, era de R\$ 3.256.310 mil, e estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a Suzano S.A. era parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributário em andamento cujo valor total de contingências classificadas como perdas possíveis era de aproximadamente R\$ 12.937.551 mil, para os quais não foi constituída provisão.

A listagem dos processos mais relevantes da Suzano S.A. conta no item 4.4 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, a Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para seus negócios.

Sua controlada Suzano S.A., provisionou o valor total dos processos tributários em R\$ 2.868.479 milhões, os trabalhistas em R\$ 255.805 milhões e os cíveis e ambientais em R\$ 315.870 milhões.

Informações mais detalhadas dessa provisão constam no item 4.5 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

A Companhia não é parte em processos sigilosos relevantes.

Referente a sua controlada Suzano S.A., em 31 de dezembro de 2022, era parte no processo sigiloso relevante abaixo detalhado:

Procedimento Arbitral n. 2020.00974	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 60.000.000,00 (valor referente à opção de venda – <i>put</i> – de seis barcaças projetadas para a execução do contrato de transporte marítimo de madeira contratado pela companhia)
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável, haverá desembolso com custas processuais e honorários de sucumbência, além de imposição da obrigação de imissão na posse das barcaças e aquisição das embarcações, em valor equivalente ao saldo do investimento não recuperado com a contraprestação do contrato. Já foi proferida sentença pelo Tribunal Arbitral, acolhendo parcialmente os pedidos da Norsul, sendo que já foi realizado um pagamento parcial pela Suzano, referente à parte líquida da sentença. Atualmente, o procedimento segue em fase de liquidação de sentença, para apuração do restante do <i>quantum</i> devido.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A., que possui uma política aprovada em julho de 2019 pelo Conselho de Administração, conforme divulgado em seu Formulário de Referência.

Por possuir natureza de empresa holding, a Companhia apresenta um ambiente de riscos simplificado não realizando transações negociais com complexidade e frequência comuns a uma empresa operacional. Dessa forma, as práticas de controles internos em vigor estão desenhadas a fim de manter o equilíbrio na relação custo x retorno para as atividades de controles.

A Companhia segue, no que couber, a Política de Gestão Integrada de Riscos da controlada que tem o objetivo de fornecer as diretrizes e os princípios gerais do processo de Gestão Integrada de Riscos, da fase de identificação à tratativa dos riscos identificados, conceituando as atividades, bem como definindo as principais responsabilidades atribuídas aos diversos órgãos da administração ou departamentos da controlada.

Para a gestão de riscos de mercado, a Companhia segue a e a Política de Gestão de Riscos Financeiros da controlada que estabelece regras e orientações de procedimentos que permitirão:

- Os parâmetros para a negociação de produtos de derivativos para a proteção das exposições que apresentam risco de mercado para a controlada;
- As alçadas na contratação de produtos de derivativos e seus respectivos limites; e
- A periodicidade da divulgação e responsabilidades pelos relatórios de acompanhamento da carteira de produtos de derivativos.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. os riscos para os quais se busca proteção; ii. os instrumentos utilizados para proteção; e iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos¹

¹ A descrição deve contemplar (a) a indicação dos órgãos de administração, comitês ou outras estruturas assemelhadas; (b) discriminação das responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou de estruturas assemelhadas, e de seus membros, no gerenciamento de riscos; e (c) a estrutura hierárquica de tais órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A.

A Política de Gestão Integrada de Riscos da Suzano S.A. tem o objetivo de padronizar os conceitos, definições e práticas por ela adotadas, de forma que possam subsidiar a Suzano S.A. no momento da tomada de decisões, aumentando a transparência das informações para a controlada e seus stakeholders, conforme aplicável.

A Suzano S.A. categoriza seus riscos da seguinte maneira:

- Riscos Estratégicos;
- Riscos Financeiros;
- Riscos Operacionais; e
- Riscos de Compliance.

Com relação a gestão de riscos de mercado, o processo busca evitar a volatilidade dos preços e taxas de mercado, a Suzano S.A. pode optar por realizar operações que mitigam essas variações. Para isso, são contratadas operações de derivativos, atreladas aos seguintes fatores de risco:

- Câmbio;
- Juros;
- Celulose; e
- Combustível de frete e outros insumos relacionados à produção.

O uso de derivativos deve ser exclusivamente para proteção de operações financeiras já contratadas ou fluxos de caixa da investida, não gerando alavancagem para a investida. É permitida a contratação dos seguintes derivativos:

- Swaps;
- NDFs (non deliverable forward);
- Opções Plain Vanilla (zero cost - collar).

Para cada exposição de risco de mercado da Suzano S.A. há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção utilizando produtos de derivativos. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Além disso, a Suzano S.A. possui limite de hedge estabelecidos para cada tipo de exposição pautado em estudo realizado pela Tesouraria e apresentado ao seu Conselho de Administração.

A definição dos critérios para gestão de riscos, analisando o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão. Os riscos são avaliados e classificados de acordo com o Impacto do Risco, sendo eles: Menor, Moderado, Maior e Extremo.

Quanto à vulnerabilidade (probabilidade de ocorrência), os riscos também são classificados em quatro diferentes graus, de acordo com o seguinte critério: Remoto, Possível, Provável e Muito Provável.

A Suzano S.A. possui uma área de Riscos Corporativos que tem o papel de fazer a gestão integrada dos riscos prioritários da investida em conjunto com as demais unidades de negócio.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A.

A Suzano S.A. possui área de Controles Internos e uma política formal, tendo como seus objetivos estabelecer princípios e responsabilidades a serem observados para o fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos, mitigando os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, bem como disseminar a cultura de controles para garantir o cumprimento de leis, regulamentos e demais normas estabelecidas pelos órgãos reguladores ou pela própria Suzano S.A.

Controles Internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável segurança, que sejam atingidos os objetivos da controlada nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

De acordo com a Política de Gestão de Derivativos da Suzano S.A., para cada exposição da controlada há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção utilizando produtos de derivativos. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

Quaisquer desenquadramentos da Suzano S.A. devem ser notificados às áreas responsáveis e a Comissão de Riscos Financeiros da controlada no momento da detecção da desconformidade pela área de Riscos e Compliance e/ou Tesouraria. Caso algum limite ou definição estabelecido nestas Políticas não for cumprido pela controlada, ocorre um desenquadramento, que pode ser classificado como Passivo ou Ativo.

A Diretoria da controlada decidirá então pela implementação de medidas que permitam o retorno aos limites de risco estabelecidos ou, se for o caso, pela revisão do limite, em face de condições excepcionais de mercado, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração da Suzano S.A. a partir de recomendação do Comitê de Gestão e Finanças.

A Suzano S.A. entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade das Políticas de Gestão de Riscos e Derivativos visto que possui um sistema bem definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, que possui natureza de empresa holding, apresenta um ambiente de riscos simplificado não realizando transações negociais com complexidade e frequência comuns a uma empresa operacional; portanto as práticas de controles internos em vigor estão desenhadas a fim de manter o equilíbrio na relação custo x retorno para as atividades de controles.

Para auditar a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre aos diagnósticos da Auditoria Interna e as considerações da Auditoria Externa. A área de Auditoria Interna, por sua vez, contribui para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está investindo cada vez mais em controles sistêmicos a fim de aprimorá-los.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui a seguinte estrutura organizacional para assegurar a elaboração de demonstração financeiras confiáveis:

- Controladoria;
- Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); e
- Auditoria Interna.

Os serviços de auditoria externa que visam garantir com razoável segurança que as demonstrações financeiras estão livres de erros materiais são prestados pela PwC Brasil, cujas atividades são supervisionadas pelo CAE. A relação completa das atribuições do CAE estão descritas no item 7.2 deste formulário.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5.2 Descrição dos controles internos

A eficiência dos controles internos é supervisionada pelo responsável pela Auditoria Interna e pela Diretora Jurídica.

Esta supervisão é realizada através de atividades de avaliação periódica dos riscos, definição e revisão dos planos bianuais de auditoria, monitoramento diário do ambiente regulatório e acompanhamento das ações mitigatórias de risco formalizadas nos relatórios de avaliação dos controles internos.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram emitidas recomendações sobre os controles internos pelo auditor independente para o exercício em análise.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia entende que o cenário político-econômico global exige a estruturação de mecanismos de prevenção, detecção e tratamento de riscos corporativos, como no caso de desvios de conduta no relacionamento com a administração pública. Nesse sentido, a Suzano Holding demonstra seu posicionamento em documentos internos, como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta, além de ações internas de promoção à Integridade e Compliance Corporativo.

A Política Anticorrupção tem como objetivo o combate à corrupção no relacionamento da Suzano Holding com os agentes da Administração Pública, conforme as diretrizes da Lei nº12.846/13, do Decreto nº 8.420/15 e do Código de Conduta. O documento orienta os colaboradores da Companhia – sejam eles próprios ou terceiros – quanto às práticas a serem empregadas para evitar atos lesivos à administração pública, fraudes e corrupção, visando garantir os mais altos padrões de integridade alinhados às melhores práticas de Governança Corporativa e Compliance.

As principais diretrizes da Política Anticorrupção incluem: (i) agir de forma transparente, evitando qualquer ação que possa ser interpretada de maneira indevida e/ou não condizente com os negócios da Companhia; (ii) abster-se, em qualquer situação ou circunstância, de prometer, oferecer, induzir e/ou conceder bem de valor ou vantagem, financeira ou não, para um Agente Público ou pessoa relacionada, com o propósito de influenciar decisões ou obter informações privilegiadas e/ou confidenciais sobre oportunidades de negócio, atividades do mercado ou licitações; (iii) não devem fazer parte dos processos decisórios nenhum tipo de favor ou vantagem, assim como brindes, cortesias, entretenimento, doações e contribuições políticas.

A Política Anticorrupção foi aprovada em agosto/2022 e não possui validade definida, porém entendemos que suas diretrizes estão alinhadas às melhores práticas do mercado e

5.3 Programa de integridade

atualizadas à legislação vigente, podendo sofrer alterações a qualquer momento, respeitando as alçadas de aprovação da Diretoria Executiva.

O Programa de Integridade pode ser traduzido como um conjunto de ações e mecanismos internos que promovam a integridade e incentivem à denúncia de irregularidades, garantindo a aplicação efetiva do nosso Código de Conduta, valores, políticas e diretrizes. Abrange e orienta todos os colaboradores – próprios e terceiros, além dos parceiros comerciais. As abordagens tratadas nesse programa são conduzidas baseadas na percepção dos gestores da organização, obtidas através de um questionário de integridade para identificação das áreas sensíveis ao relacionamento com agentes/órgãos públicos, além de temas relacionados à brindes e doações.

Ao longo de 2020 foi realizada a atualização da avaliação dos riscos corporativos, que incluiu a avaliação dos riscos de integridade. É prevista a realização de atualização deste processo no plano de auditoria válido para o biênio 2022/2023.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são representadas na figura da área de Auditoria Interna.

A Diretoria Executiva define as penalidades com base nas investigações e orientações emitidas pela Auditoria Interna.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta Suzano tem por objetivo comprometer os administradores, gestores, colaboradores e stakeholders da Companhia com os princípios éticos que norteiam a nossa conduta empresarial, além de disseminá-los para a nossa rede de relacionamento que abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

5.3 Programa de integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O processo de avaliação e resposta à inobservância do Código de Conduta, políticas e procedimentos ou, ainda, normas, leis e regulamentações é responsabilidade da Diretoria Executiva. As sanções incluem, mas não se limitam a (i) advertência informal (somente para violações leves de conduta); (ii) advertência formal; (iii) transferência para outra área/posição; (iv) demissão; e/ou (v) demissão, acompanhada de representação civil e/ou criminal.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta aplicável a Suzano Holding foi aprovado pelo Conselho de Administração da controlada Suzano S.A, que detém gerenciamento dos riscos de compliance por ser a companhia que conduz prioritariamente os negócios da Companhia.

O encaminhamento de eventuais relatos ou denúncias sobre a não-observância do Código de Conduta poderá ser feito à Ouvidoria Externa, sendo o denunciante, quando identificado, informado do andamento do processo.

O Código de Conduta é um documento público e está disponibilizado na página web do Grupo Suzano no endereço: <http://www.suzanoholding.com.br/governanca/#!/codigo-de-conduta>

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia conta com um canal aberto de Ouvidoria, sob gestão independente de empresa terceira. As denúncias podem ser anônimas, se assim desejar o denunciante, e podem ser encaminhadas por meio de uma central telefônica ou da Internet.

Aberto, o canal de denúncia está disponível a todos colaboradores, terceiros e demais stakeholders. A apuração e resposta das eventuais violações fica a cargo da Auditoria Interna da Suzano Holding.

5.3 Programa de integridade

Além do canal de Ouvidoria, os colaboradores, sem a necessidade de se identificarem, podem enviar eventuais denúncias aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE pelo e-mail comiteauditoria.holding@suzano.com.br, informando as situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza relacionadas à Companhia.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve denúncias de desvios, fraudes, irregularidades ou quaisquer atos praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:

0	0,000	0	0,000	0	0,000
---	-------	---	-------	---	-------

Daniel Feffer

011.769.138-08	Brasil	Sim	Sim	27/04/2023	
27.199.878	18,125	34.987.462	17,870	62.187.340	17,981
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe B	10,625,326	18.119	5.427	3.072	
Preferencial Classe A	24,362,136	17.764	12.443	7.044	

David Feffer

882.739.628-49	Brasil	Sim	Sim	27/04/2023	
27.199.878	18,125	35.124.206	17,940	62.324.084	18,020
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe B	10,625,326	18.119	5.427	3.072	
Preferencial Classe A	24,498,880	17.863	12.513	7.084	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Izabela Henriques Feffer						
229.995.918-10	Brasil	Sim	Sim	27/04/2023		
13.599.938	9,062	17.578.968	8,979	31.178.906	9,015	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Preferencial Classe B	5,312,664	9.060	2.714	1.536		
Preferencial Classe A	12,266,304	8.944	6.265	3.547		
Janet Guper						
029.123.398-80	Brasil			27/04/2023		
10.317.196	6,875	13.944.464	7,122	24.261.660	7,015	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Preferencial Classe B	4,034,838	6.881	2.061	1.167		
Preferencial Classe A	9,909,626	7.226	5.061	2.865		

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Lisabeth S. Sander						
698.932.768-53	Brasil			27/04/2023		
10.317.196	6,875	10.614.248	5,421	20.931.444	6,052	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Preferencial Classe B	4,034,838	6.881	2.061	1.167		
Preferencial Classe A	6,579,410	4.797	3.361	1.902		
Mikhael Henriques Feffer						
229.995.868-17	Brasil	Sim	Sim	27/04/2023		
13.599.940	9,063	17.578.966	8,979	31.178.906	9,015	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Preferencial Classe A	12,266,304	8.944	6.265	3.547		
Preferencial Classe B	5,312,662	9.060	2.714	1.536		
OUTROS						
20.634.388	13,750	31.355.202	16,015	51.989.590	15,032	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Ruben Feffer					
157.423.548-60	Brasil	Sim	Sim	27/04/2023	
27.199.878	18,125	34.602.798	17,674	61.802.676	17,870
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe B	10,625,326	18.119	5.427	3.072	
Preferencial Classe A	23,977,472	17.483	12.247	6.933	
TOTAL					
150.068.292	43,391	195.786.314	56,609	345.854.606	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	23
Quantidade acionistas pessoa jurídica	2
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

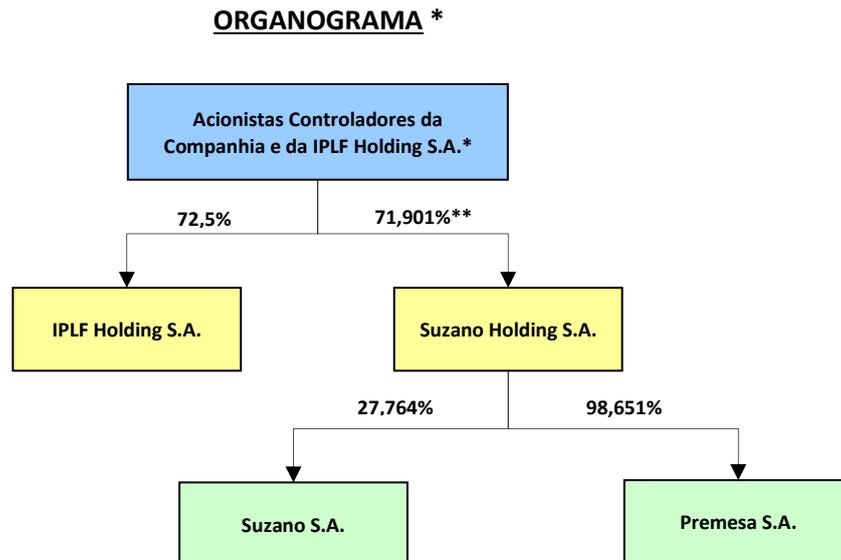
Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
PREMESA S.A	61.142.469/0001-50	98,651000
Suzano S.A	16.404.287/0001-55	27,764000

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Organograma dos acionistas da Companhia e do grupo econômico em que se insere, indicando: (a) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; (b) principais controladas e coligadas da Companhia; (c) participação da companhia em sociedade do grupo; (d) participação de sociedades do grupo na Companhia; e (e) principais sociedades sob controle comum:



* Acionistas Controladores da Companhia e da IPLF Holding S.A.: David Feffer, Daniel Feffer, Ruben Feffer, Mikhael Henriques Feffer e Izabela Henriques Feffer.

**A participação de 71,901% dos acionistas controladores na Companhia não considera as participações detidas pelos acionistas ligados aos acionistas controladores, de 28,099%.

OBS: A Companhia e a IPLF Holding S.A. são sociedades sob controle comum.

6.6 Outras informações relevantes

6.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia não possui políticas de indicação e preenchimento de cargos.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, residentes ou não no país, eleitos pela assembleia geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A assembleia geral indicará, entre os eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo: (i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência; (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações; e (iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria Estatutário não possuem um processo formal de avaliação de desempenho de seus membros. No entanto, anualmente, quando é feita a indicação de candidatos para compor o Conselho de Administração ou o Comitê de Auditoria Estatutário, é levado em consideração o desempenho e assiduidade dos membros durante o mandato anterior.

O processo de avaliação da Diretoria Executiva é feito anualmente pelo Comitê de Gestão com base no atingimento de metas de desempenho financeiro e não financeiro e seu resultado é levado em consideração para a permanência, promoção ou desligamento dos executivos nos respectivos cargos.

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Lei das S.A. não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia.

Além disso, estabelece que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. A Companhia não possui regra de identificação e administração de conflitos de interesse.

A Companhia não possui política de transação com partes relacionadas, entretanto os termos e condições de contratos que a Companhia celebra com partes relacionadas são praticados com base em valores de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, entre outros.

d. por órgão: (i) e (ii) respondido em formulário específico; (iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não acompanha outros indicadores de diversidade para os órgãos da administração e entende que todos os atributos de diversidade relevantes foram divulgados nos itens (i) e (ii).

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia alinhada ao compromisso de diversidade, equidade e inclusão, passou a contar desde 2022 com 2 (duas) mulheres na Diretoria Executiva, representando 50% dos 4 (quatro) assentos.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia, por ser uma holding, não possui uma política de avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Sua controlada Suzano S.A., avalia frequentemente os impactos que temas socioambientais podem trazer para os negócios e os públicos de relacionamento. Nesse processo de análise, conta com o apoio da Diretoria Executiva, que assessora os conselheiros a supervisionarem a implementação

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

de sistemas de governança e o desempenho da empresa em aspectos de sustentabilidade relevantes para o negócio, como as mudanças climáticas.

Mais detalhes sobre as informações de riscos e oportunidades relacionados ao clima da Suzano S.A. constam nos itens 7.1 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	2	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 9	2	7	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 9	0	9	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria

Nossa Diretoria é composta por 1 (um) Diretor Presidente e de até 4 (quatro) Diretores, sendo um deles Diretor de Relações com Investidores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos, notadamente a função de Diretor de Relações com Investidores (“Diretores”). O mandato dos Diretores é de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Todos os membros de nossa Diretoria possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919. O nosso Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Marcel Paes de Almeida Piccinno, sendo seu telefone (11) 011 3503-9086 e seu e-mail mpiccinno@suzano.com.br.

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo nosso Estatuto Social atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais, mediante convocação do Diretor Presidente, ou por dois Diretores, com antecedência mínima de 2 (dois) dias. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que tratem de matéria urgente e que contarem com a presença da maioria de seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente.

As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. Se o Diretor Presidente ou o Diretor que o estiver substituindo for vencido em qualquer deliberação, a Diretoria terá a faculdade de recorrer ao Conselho de Administração, hipótese em que ficará sustada a deliberação recorrida até o pronunciamento do Conselho de Administração. O nosso Estatuto Social autoriza sejam proferidos os votos por carta, correio eletrônico ou outro meio de comunicação, desde que recebidos pelo Diretor Presidente ou seu substituto, até o momento da reunião e a designação, por qualquer dos conselheiros, de qualquer de seus pares para representá-lo na reunião.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

As responsabilidades e atribuições individuais de nossos Diretores são definidas pelo nosso Conselho de Administração e Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (a) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, podendo neste caso constituir procurador especial ou preposto; (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) dirigir todas as atividades sociais com o apoio dos Diretores .

Compete aos Diretores Executivos, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (b) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (c) identificar, planejar e estabelecer novas áreas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (d) definir as estratégias relacionadas aos negócios da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe sejam estabelecidas: (a) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (b) planejar, coordenar e orientar a comunicação e o relacionamento entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (c) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (d) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (e) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (f) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (g) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandatos dos atuais membros da Diretoria:

Diretores	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
David Feffer	Diretor Presidente	12/05/2023	Até a RCA subsequente à AGO de 2024
Marcel Paes de Almeida Piccinno	Diretor e Diretor de Relações com Investidores	12/05/2023	Até a RCA subsequente à AGO de 2024

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Isabel Cotta Fernandino de França Leme	Diretor sem designação	12/05/2023	Até a RCA subsequente à AGO de 2024
Gabriela Feffer Moll	Diretor sem designação	12/05/2023	Até a RCA subsequente à AGO de 2024

Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria está investida de poderes para (a) contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; (b) adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações em sociedades ou empreendimentos das quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista; (c) prestar fianças e/ ou avais em favor de outras empresas ou empreendimentos dos quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista, direta ou indiretamente, até o limite da proporção de sua participação no capital social respectivo; (d) transigir, renunciar, desistir e firmar compromissos; e (e) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em atos e operações que constituam obrigações para ela ou exonerem terceiros de obrigações para com ela, respeitadas as condições estabelecidas no artigo 26 do Estatuto Social. A Diretoria não possui regimento interno.

Comitê de Auditoria Estatutária (“CAE”)

Nos termos do Artigo 30 do Estatuto Social, a Companhia possui um CAE com as atribuições e encargos estabelecidos na regulamentação em vigor e no seu regimento interno. O CAE é órgão permanente e dotado de autonomia operacional, vinculado ao Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, com as atribuições de assessorar ao Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos e compliance, atuando com a observância da Lei nº Lei das S.A., Estatuto Social e instruções da CVM, sem prejuízo de outras normas legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.

O CAE deve atuar de forma a preservar o patrimônio e os interesses da Companhia, conferindo a devida importância na supervisão, análise e adequação aos processos relativos aos relatórios financeiros, com a finalidade de contemplar a governança corporativa da Companhia. Os membros do CAE devem exercer suas atividades respeitando os deveres de lealdade e diligência, evitando quaisquer situações de conflito que possam afetar os interesses da Companhia e de seus acionistas.

O CAE é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, sendo (i) ao menos um membro do Conselho de Administração da

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Companhia que não participe da Diretoria; e (ii) a maioria de membros independentes. Os membros do CAE têm mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

São atribuições do CAE, além de outras que forem fixadas pelo Conselho de Administração:

- a) Opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- b) Supervisionar as atividades: (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar sua independência; a qualidade dos serviços prestados; e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii) da área de controles internos e auditoria interna da Companhia Supervisionar as atividades: (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar: a sua; e (iii) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- c) Monitorar a qualidade e integridade: (i) dos mecanismos de controles internos; (ii) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; (iii) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- d) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- e) Avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- f) Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- g) Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e
- h) Assegurar que o CAE tenha meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas relacionadas ao escopo de suas atividades.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O CAE possui regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 02/12/2019, disponível no website www.suzanoholding.com.br.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Todos os trabalhos realizados pelo auditor independente, tais como, mas não se limitando, os relatórios das informações contábeis intermediárias e das demonstrações financeiras, são apreciadas pelo Comitê de Auditoria, pela Diretoria e, por fim, pelo Conselho de Administração, ocasiões estas em que o representante do auditor independente se faz presente.

A Companhia não possui uma política formalizada para a contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade podem ser enviadas através do Canal de Ouvidoria da Companhia, as quais são geridas, averiguadas e tratadas previamente pela Auditoria Interna com reporte periódico, de suas atividades, ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. Após os devidos trâmites e caso necessário os temas críticos poderão ser apresentados ao Conselho de Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: Alan Terpins **CPF:** 270.904.498-66 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 26/05/1975

Experiência Profissional: Graduado em Publicidade e Propaganda pela Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Alvares Penteado. Continuou a trajetória estudantil com cursos de artes e marketing na Universidade da Califórnia em Berkeley e finanças na Universidade da Pennsylvania. Após anos atuando em agências publicitárias, Alan é responsável, desde 1998, pela produção executiva e musical de clientes publicitários na produtora A Voz do Brasil. Em 2018, funda a Mission Music para conteúdos musicais diferenciados. É membro do Conselho de Administração da Suzano Holding S.A. e da IPLF Holding S.A., membro do conselho e sócio da Aurratech Inc. Consultor na área de produção da agência de marketing DDW em Sausalito, California. Atuante no mercado de Venture Capital e Private Equity através da 19York em São Francisco, California. Desde 2017 é também produtor de cinema com produções no Brasil e EUA.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2023	Até a AGO de 2024	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2023	Não	01/05/2022

Nome: Antonio de Souza Corrêa Meyer **CPF:** 215.425.978-20 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 13/08/1946

Experiência Profissional: Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. É ex-sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalhou até 31.12.2019. Atualmente é (i) membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A. desde 2013 (sendo Vice-Presidente dos referidos Conselhos desde outubro de 2018); (ii) membro da Diretoria Executiva do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; (iii) membro do Conselho de Administração da ICC Brasil International Chamber of Commerce e do respectivo comitê de Arbitragem; e (iv) membro dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo; da Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP - FIESP e do Conselho da Câmara de Mediação e Arbitragem da American Chamber of Commerce (AMCHAM); e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira. Foi membro do Conselho de Administração da Suzano S.A. de 2004 até 2019; Diretor e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil e membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2023	Até a AGO de 2024	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	27/04/2023	Sim	01/05/2013

Nome: CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER **CPF:** 066.934.078-20 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 25/04/1942

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos. Claudio Sonder tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico, tendo participado do Conselho de Administração de empresas como Lojas Renner S.A., RBS Participações S.A., Cyrela Brazil Realty SA Empreendimentos e Participações, dentre outras. Entre 1983 e 1993, foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) de 2010 a maio de 2022, foi Diretor e desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da Companhia (de abril de 2013 a outubro de 2018 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração); (b) de 2002 a 2022 foi membro do Conselho de Administração (sendo Vice-Presidente desde 2013), membro do Comitê de Gestão e Finanças e do Comitê de Pessoas da Suzano S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (c) de 2010 a maio de 2022 foi Diretor Vice-Presidente Executivo e desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. (de abril de 2013 a outubro de 2018 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração), companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) de 2010 a maio de 2015, foi Diretor e desde abril de 2015, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) de 2011 a abril de 2022 foi Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) de 2010 a 2022 foi membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) de 2010 a março de 2018, foi membro do Conselho de Administração e de março de 2018 a junho de 2021 foi Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (h) desde abril de 2015 a abril de 2022 foi Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (i) desde 2011, é membro do Conselho Curador, de 2013 a 2020 foi membro da Diretoria Executiva da Fundação Arymax, fundação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2023	Até a AGO de 2024	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/04/2023	Sim	01/05/2013

Nome: David Feffer **CPF:** 882.739.628-49 **Profissão:** Empregado **Data de Nascimento:** 13/11/1956

Experiência Profissional: Coursou Administração de Empresas no Brasil e possui cursos de especialização na Harvard Business School (EUA), na Columbia University (EUA), no IMD (Suíça), no The Aspen Institute (EUA), no Singularity University (EUA) e na Stanford University (EUA). Desde 2003, é Diretor Presidente da Companhia, sendo responsável pela coordenação dos Diretores e planejamento estratégico geral. Ainda, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2001, é Presidente do Conselho de Administração da Suzano S.A., companhia aberta controlada pela Companhia cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (b) desde 2019 é Coordenador dos Comitês de Gestão e Finanças e membro dos Comitês de Sustentabilidade e Pessoas e, a partir de 2023, foi indicado como coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação da Suzano S.A, no qual é membro desde 2019; (c) de 2001 a abril de 2015, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração e desde abril de 2015, é Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A.; sendo também, desde 2001, Diretor Presidente da Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela orientação geral dos negócios sociais, coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico da companhia; (d) desde 2004, é Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico geral da companhia; e (e) de 2001 a abril 2015, foi Diretor Vice-Presidente e desde abril de 2015, é Diretor Presidente da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia. Também é membro de várias instituições sociais e culturais, dentre as quais se destacam as seguintes atuações: Presidente do Conselho Diretor da Escola ALEF-Peretz; e Membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	12/05/2023	Até a RCA subsequente a AGO de 2024	10 - Diretor Presidente / Superintendente	12/05/2023	Sim	13/05/1999

Nome: Gabriela Feffer Moll **CPF:** 315.806.998-98 **Profissão:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 13/12/1983

Experiência Profissional: Graduada em Administração Hoteleira, com MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral e cursos executivos pela Harvard University, Insper e Insead. Em 2010 Gabriela fundou a AG Sport, consultoria especializada na idealização e organização de grandes eventos, na qual era responsável pelo desenvolvimento da área comercial e de estratégia. Em 2015, se juntou a Dotz com atuação nas frentes de business development e implementação de um novo modelo de autoatendimento 100% digital para abertura no mercado de small business. Desde maio de 2022, é Diretora estatutária da Companhia, sendo responsável pela Gestão Estratégica de Pessoas e Comunicação Corporativa. Ainda, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) em 2017 liderou a comunicação de produtos e a transformação digital da Unidade de Papel e Embalagens da Suzano S.A. e após a fusão desta com a Fibria, atuou na célula de integração responsável pelo acompanhamento das sinergias advindas; (b) desde abril de 2022, é membro do Conselho de Administração da Suzano S.A., companhia aberta controlada pela Companhia cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (c) desde 2022, é membro dos Comitês de Gestão e Finanças, Sustentabilidade, Estratégia e Inovação e do de Pessoas da Suzano S.A.; e (d) desde maio de 2022, é Diretora das seguintes companhias: Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; e Premesa S.A., companhia fechada controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários. De junho de 2021 a dezembro de 2022 foi Vice-presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal. Além disso, Gabriela também é atualmente membro do (i) Comitê de ESG e Pessoas da Bionexo S.A., companhia fechada de tecnologia que oferece soluções digitais para gestão de processos na saúde, e (ii) Conselho do ELF (Grupo de empoderamento e Liderança Feminina da Federação Israelita do Estado de São Paulo - FISESP).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	12/05/2023	Até a RCA subsequente à AGO de 2024	19 - Outros Diretores	12/05/2023	Sim	02/05/2022

Nome: Geraldo José Carbone **CPF:** 952.589.818-00 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 02/08/1956

Experiência Profissional: Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Atualmente é membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. e da Polpar S.A, Diretor da Alden Investimentos Imobiliários Ltda., membro do Conselho Curador da Fundação Arymax, membro do Comitê de Remuneração no Grupo Itaú Unibanco, membro dos Conselhos de Administração da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Vice-Presidente do Conselho da Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. Também atua como Sócio Diretor da G/xtrat Consultoria Econômica Ltda. e da GC/Capital Empreendimentos e Participações Ltda. desde 2011. Foi Presidente (1997 a 2006); Vice-Presidente da Divisão de Asset Management (1994 a 1997) e Diretor do Departamento de Economia e da Unidade de Pesquisa de Investimento no Brasil (1991 a 1994) no Bank Boston e atuou como Economista-Chefe na Bunge y Born (1982 a 1987). Também ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente (2008 a 2011) e de membro do Conselho de Administração (2006 a 2008) e (2017 a 2018).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2023	Atá a AGO de 2024	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2023	Sim	01/05/2021

Nome: Isabel Cotta Fernandino de França Leme **CPF:** 153.128.908-80 **Profissão:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 25/11/1977

Experiência Profissional: Graduada em Administração de Empresas na Fundação Armando Álvares Penteado, cursou MBA na Fundação Vanzolini. Possui mais de 20 anos de experiência em BackOffice de Operações e Controles, principalmente em grandes instituições financeiras como Unibanco (1998-2001) e Banco Itaú Cayman (2002-2005). De 2005 a 2012 atuou como Gerente da área de processamentos de Títulos e Valores Mobiliários no Banco Itaú BBA, responsável por gerenciar a equipe de BackOffice que apoiava as atividades da tesouraria proprietária do banco. Entre 2017 e abril de 2022, ocupou o cargo de Diretora não estatutária Administrativo na Companhia, sendo responsável pela área de controladoria, contabilidade e pagamentos. Desde maio de 2022, é Diretora estatutária da Companhia. Além disso, desde maio de 2022, é Diretora estatutária das seguintes companhias: Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; e Premesa S.A., companhia fechada controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários. Desde 2012, é Diretora de Riscos e Compliance da Bizma Investimentos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	12/05/2023	Até a RCA subsequente à AGO de 2024	19 - Outros Diretores	12/05/2023	Sim	02/05/2022

Nome: Marcel Paes de Almeida Piccinno **CPF:** 282.998.458-74 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 06/07/1978

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas – FGV. cursou MBA executivo em Finanças no INSPER/IBMEC, e participou de cursos de educação executiva em universidades no exterior como: Harvard, Wharton e London Business School. Marcel Piccinno possui 20 anos de experiência profissional na área financeira e administrativa de empresas de grande porte nos setores de bens de consumo, serviços e agronegócio. Entre 2016 e abril de 2022 ocupou o cargo de Diretor não estatutário Administrativo e Financeiro na Companhia, sendo responsável (i) pela área de planejamento estratégico e acompanhamento de empresas com participação societária do grupo; (ii) pela avaliação de novos investimentos; e (iii) de 2016 a 2018 foi responsável pela área de Recursos Humanos. Desde maio de 2022, é Diretor e Diretor com Relação com Investidores estatutário da Companhia. Além disso, desde maio de 2022, é Diretor das seguintes companhias: Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; e Premesa S.A., companhia fechada controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	12/05/2023	Até a RCA subsequente à AGO de 2024	12 - Diretor de Relações com Investidores	12/05/2023	Sim	02/05/2022

Nome: Marcos Sampaio de Almeida Prado **CPF:** 095.833.608-30 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 23/02/1951

Experiência Profissional: Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do CAE da Companhia e membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2023	Até a AGO de 2024	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2023	Sim	01/05/2013

7.4 Composição dos comitês

Nome: José Carlos Garbes **CPF:** 005.994.128-60 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 20/05/1958

Experiência Profissional:

José Carlos Garbes é graduado em Economia pela Faculdade de Economia São Luís e ocupou diversos cargos no Grupo Suzano nas duas últimas décadas. Entre 2002 e 2006, foi Gerente de Controladoria da Suzano S.A., sendo anteriormente responsável pela Área de Relações com Investidores, companhia de capital aberto controlada pela Companhia. Entre 2006 e 2011, foi Diretor Financeiro e Administrativo da Ripasa Papel e Celulose S.A, transformada em 2009 no Conpacel, consórcio constituído pela Suzano S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A. sendo posteriormente adquirido pela Suzano S.A. Como Diretor do Conpacel era responsável pelas áreas de Controladoria, Contas a Pagar, Recursos Humanos e Serviços Administrativos, Tecnologia da Informação, Jurídico, bem como Suprimentos e Logística. Entre 2011 e 2012, auxiliou no planejamento tributário e projetos especiais da Suzano S.A. Entre 2012 e 2013, foi Diretor Financeiro da Usinas Itamarati, responsável junto à acionista pela negociação para alienação das operações dos negócios de açúcar e álcool e terras, desenvolvimento de estratégias de reestruturação do passivo bancário e tributário e análises de viabilidade de equalização de fluxo de caixa. De 2015 a 2019 foi Vice-Presidente do Conselho Fiscal e desde 2019 é especialista financeiro do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. Além disso, de 2015 a 2019 foi membro do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Atualmente também desenvolve trabalhos de consultoria econômico-financeira e também serviços de consultoria tributária.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2022	1ª RCA após AGO de 2024		02/05/2022	Não	02/12/2019

Nome: Marcos Sampaio de Almeida Prado **CPF:** 095.833.608-30 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 23/02/1951

Experiência Profissional:

Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do CAE da Companhia e membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Presidente do Comitê	02/05/2022	1ª RCA após AGO de 2024	Membro Independente do Conselho de Administração	02/05/2022	Não	30/04/2021

Nome: ORLANDO DE SOUZA DIAS **CPF:** 046.293.378-49 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 27/01/1946

Experiência Profissional:

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu e cursou economia na Universidade de São Paulo. Iniciou suas atividades nas sociedades do grupo Suzano em 1972, tendo exercido os cargos de Chefe de Controladoria, Gerente de Controladoria Geral, Diretor Adjunto e Diretor de Planejamento Tributário, Auditoria e Controladoria. De 2008 a 2022 foi Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, sendo responsável pela (i) gestão e avaliação das áreas de auditoria e controladoria e de suas controladas; e (ii) representação da Companhia perante determinados órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais. Ainda, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) de abril de 2013 a maio de 2022 foi Diretor Vice Presidente da IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (b) de 2008 a maio de 2022 foi Diretor e Diretor de Relações com Investidores da Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (c) de abril de 2015 a maio de 2022 foi Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia.; (d) Até abril de 2022, foi Diretor da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2022	1ª RCA após AGO de 2024		02/05/2022	Não	02/05/2022

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Gabriela Feffer Moll	315.806.998-98	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)
Diretora Executiva				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Sogra ou Sogro (2º grau por afinidade)
Controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Sogra ou Sogro (2º grau por afinidade)
Controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Sogra ou Sogro (2º grau por afinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Gabriela Feffer Moll	315.806.998-98	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Gabriela Feffer Moll	315.806.998-98	PREMESA S.A	61.142.469/0001-50	Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)
Diretora				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	PREMESA S.A	61.142.469/0001-50	Sogra ou Sogro (2º grau por afinidade)
Controlador				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto				
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer	157.423.548-60	PREMESA S.A	61.142.469/0001-50	Sogra ou Sogro (2º grau por afinidade)
Controlador				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto				
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Sogra ou Sogro (2º grau por afinidade)
Controlador				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto				
Pessoa relacionada				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Sogra ou Sogro (2º grau por afinidade)
Controlador				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Gabriela Feffer Moll Diretora Executiva	315.806.998-98	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Pessoa relacionada				
David Feffer Diretor Presidente Executivo e Controlador	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Padrasto e Madrasta (2º grau por afinidade)
Observação				
N/A				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Gabriela Feffer Moll Diretora Executiva	315.806.998-98	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Pessoa relacionada				
David Feffer Diretor	882.739.628-49	PREMESA S.A	61.142.469/0001-50	Padrasto e Madrasta (2º grau por afinidade)
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Gabriela Feffer Moll Diretora Executiva	315.806.998-98	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Pessoa relacionada				
David Feffer Presidente do Conselho de Administração e Controlador	882.739.628-49	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Padrasto e Madrasta (2º grau por afinidade)
Observação				
<hr/>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

Antonio de Souza Corrêa Meyer

215.425.978-20

Prestação de serviço

Controlada Direta

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Suzano S.A

16.404.287/0001-55

O Sr. Antonio de Souza Corrêa Meyer, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, foi sócio cofundador do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que presta serviços advocatícios eventuais para a Companhia e Suzano S.A., sua controlada.

Observação**Exercício Social 31/12/2022****Administrador do Emissor**

Antonio de Souza Corrêa Meyer

215.425.978-20

Prestação de serviço

Controlada Direta

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Suzano S.A

16.404.287/0001-55

O Sr. Antonio de Souza Corrêa Meyer, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, foi sócio cofundador do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que presta serviços advocatícios eventuais para a Companhia e Suzano S.A., sua controlada.

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021**Administrador do Emissor**

Antonio de Souza Corrêa Meyer

215.425.978-20

Prestação de serviço

Controlada Direta

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Suzano S.A

16.404.287/0001-55

O Sr. Antonio de Souza Corrêa Meyer, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, foi sócio cofundador do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que presta serviços advocatícios eventuais para a Companhia e Suzano S.A., sua controlada.

Observação**Exercício Social 31/12/2020****Administrador do Emissor**

Antonio de Souza Corrêa Meyer

215.425.978-20

Prestação de serviço

Controlada Direta

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Suzano S.A

16.404.287/0001-55

O Sr. Antonio de Souza Corrêa Meyer, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, foi sócio cofundador do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que presta serviços advocatícios eventuais para a Companhia e Suzano S.A., sua controlada.

Observação

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e ou Administradores (D&O), a qual visa garantir aos administradores da Companhia e de suas controladas o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções. A apólice, originalmente contratada com o Chubb Seguros Brasil S.A, está vigente no período compreendido entre 31 de agosto de 2022 e 1 de março de 2024 e o prêmio pago com o seguro de D&O foi de R\$ 294.376,70. A Companhia considera que a cobertura de sua apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores, no valor de R\$ 60 milhões, é suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando suas atividades.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração, que não foi formalmente aprovada, tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com os princípios, valores e objetivos dos acionistas.

Para tanto, a política respalda-se no acompanhamento do ambiente externo e comparativo anual do posicionamento salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos mesmos segmentos da Companhia, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela praticada internamente.

A estratégia de remuneração indica o intuito da Companhia em se posicionar acima mediana do mercado de referência na remuneração total para que, com isto, haja o atingimento dos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a Companhia na entrega e superação dos resultados planejados.

Em relação à remuneração variável, aplica-se o programa de participação nos lucros e resultados alicerçado em metas alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada nível hierárquico do quadro de colaboradores.

Para alguns colaboradores que possuem responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, foi proposta até o ano de 2017 a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Suzano S.A, do tipo *phantom shares*. A partir do ano de 2018 o programa de incentivo de longo prazo passou a se basear na concessão eventual e deliberada de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.

Os programas de remuneração variável têm por objetivo estimular a superação dos resultados planejados pela Companhia, a atração e retenção dos profissionais de alto nível e o alinhamento das metas empresariais entre os acionistas, executivos e colaboradores.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para

8.1 Política ou prática de remuneração

definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório é feito pela Diretoria Estatutária com base nas pesquisas de mercado de remuneração realizadas anualmente pelas consultorias especializadas contratadas pela Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é estabelecida conforme padrões de mercado por meio de pesquisas de remuneração anuais conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

Não há avaliação da política de remuneração pelo Conselho de Administração.

c. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia;**

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração recebem somente a remuneração fixa que visa atrair, reter e recompensar conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Diretoria: Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia. Já o incentivo de longo prazo baseou-se na valorização das ações da Suzano S.A, do tipo *phantom shares* até 2017 e a partir do ano de 2018 passou a se basear na concessão eventual e deliberada de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.

8.1 Política ou prática de remuneração

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia. Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas, conforme padrões de mercado por meio de pesquisas conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

Comitê de Auditoria Estatutário: Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário fazem jus à remuneração fixa. Este é o único comitê de assessoria ao Conselho de Administração da Companhia com previsão estatutária. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário poderão ter direito a uma remuneração, especificamente com relação aos serviços prestados na qualidade de membros do comitê, a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal: Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal recebem, cada membro, remuneração fixa, superior a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída à diretoria da Companhia, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos diretores, na forma do §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;**

Conselho de Administração: Nos últimos três anos 100% da remuneração total foi paga no modelo de remuneração fixa.

Diretoria: A tabela abaixo indica o percentual da parcela da remuneração fixa (salários, benefícios diretos e indiretos e pós-emprego), da remuneração variável de curto prazo (participação nos resultados) e a remuneração variável de longo prazo (bônus diferido):

Ano	Remuneração Fixa ⁽¹⁾	Remuneração Variável Curto Prazo ⁽²⁾	Remuneração Variável Longo Prazo ⁽³⁾
2022	66%	30%	4%
2021	66%	34%	0%
2020	30%	35%	35%

⁽¹⁾ Remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós-emprego)

⁽²⁾ Remuneração variável curto prazo (participação nos resultados)

⁽³⁾ Remuneração variável longo prazo (bônus diferido)

Conselho Fiscal: A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado desde 2019.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste;**

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de meta definida no período é o resultado operacional financeiro de empresas controladas.

A Companhia não possui indicadores de desempenho ligados a questões ASG.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da mediana deste mercado selecionado.

(iii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

O membro da Diretoria que pertence ao grupo de controladores não recebe remuneração.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou

8.1 Política ou prática de remuneração

indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário da Companhia

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00		9,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	2.272.936,57		2.692.936,57
Benefícios direto e indireto	0,00	99.673,07		99.673,07
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	84.000,00	619.302,33		703.302,33
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.070.579,50		1.070.579,50
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	468.992,37		468.992,37
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Incentivo de longo prazo baseado na concessão eventual e deliberada de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	N/A	N/A		
Total da remuneração	504.000,00	4.531.483,84		5.035.483,84

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00		9,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	2.242.541,70		2.662.541,70
Benefícios direto e indireto	0,00	637.207,14		637.207,14
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	84.000,00	307.415,86		391.415,86
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.418.450,55		1.418.450,55
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	189.225,09		189.225,09
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Incentivo de longo prazo baseado na concessão eventual e deliberada de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	N/A	Os valores informados consideram: 1) Remuneração proporcional de 2 diretores ativos de jan-abr/2022 com término do mandato em 30/04/2022 e 2) Remuneração proporcional de 2 diretores com início do mandato em 01/05/2022.		
Total da remuneração	504.000,00	4.794.840,34		5.298.840,34

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	1.595.478,72		2.015.478,72
Benefícios direto e indireto	0,00	802.887,13		802.887,13
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	84.000,00	349.128,53		433.128,53
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.418.450,55		1.418.450,55
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	N/A	N/A		
Total da remuneração	504.000,00	4.165.944,93		4.669.944,93

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	1.450.776,56		1.870.776,56
Benefícios direto e indireto	0,00	379.947,13		379.947,13
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	84.000,00	345.118,98		429.118,98
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.525.520,58		2.525.520,58
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.520.119,51		2.520.119,51
Observação				
Total da remuneração	504.000,00	7.221.482,76		7.725.482,76

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	4,00		9,00
N° de membros remunerados	0,00	2,00		2,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1365000,00		1.365.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	945000,00		945.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	4,00		9,00
N° de membros remunerados	0,00	2,00		2,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1551618,06		1.551.618,06
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1418450,55		1.418.450,55
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1418450,55		1.418.450,55

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	3,00		8,00
N° de membros remunerados	0,00	2,00		2,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1551618,06		1.551.618,06
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1418450,55		1.418.450,55
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1418450,55		1.418.450,55

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	3,00		8,00
N° de membros remunerados	0,00	2,00		2,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2584706,14		2.584.706,14
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2451538,63		2.451.538,63
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2525520,58		2.525.520,58

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		1,00		1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,000000		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		58,71		58,71
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		40,41		40,41

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES REALIZADAS		Período fiscal com fim em 31/12/2020	
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	3,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
d) Data da outorga	01/04/2016	01/04/2017	
e) Quantidade de ações outorgada	21.479	27.565	
f) Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
g) Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga		
h) Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	Não aplicável para SAR		
i) valor justo das opções na data da outorga	R\$ 13,78	R\$ 10,42	
j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 295.980,62	R\$ 287.227,30	

8.7 Opções em aberto

8.7. Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações/opções.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração. Apenas a Diretoria Estatutária foi contemplada por estes planos.

As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2020
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	3,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Número de ações	Não aplicável para SAR
e) Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável para SAR
f) Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 2,89
g) Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 1.874.254,69

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

OUTORGA DE AÇÕES	Período fiscal com fim em 31/12/2020
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	3,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável para SAR

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

OUTORGA DE AÇÕES		Período fiscal com fim em 31/12/2020	
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	3,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
d) Data de Outorga	01/04/2016	01/04/2017	
e) Quantidade de ações outorgadas	21.479	27.565	
f) Prazo máximo para entrega das ações	5 anos após a data de outorga		
g) Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
h) Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 13,78	R\$ 10,42	
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 295.980,62	R\$ 287.227,30	

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros		3,00	
Nº de membros remunerados		1,00	
Nº de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

As informações divulgadas nos itens 8.5 a 8.11 são referentes à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária. As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

Plano SAR

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário.

Considerou-se uma proporção de exercício antecipado igual a 3 para todos os programas. Demais premissas consideradas (data base de 31/12/2020 – data de recálculo do valor do SAR para fins de fechamento e liquidação do último plano vigente):

Premissa	Valor Considerado
Preço do ativo base ⁽¹⁾	R\$ 50,67
Expectativa de Volatilidade ⁽²⁾	48,71% a.a.
Expectativa de vida média das opções ⁽³⁾	Igual à vida do contrato
Expectativa de distribuição de dividendos ⁽⁴⁾	0,82% a.a.
Taxa de Juros média ponderada livre de risco ⁽⁵⁾	6,17% a.a.

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB3 na data de cálculo da SAR;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;

(3) A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. O valor apresentado representa a média entre cada uma das outorgas.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

COMPANHIA

		30/04/2023		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	27.199.878	-
	Ações Preferenciais Classe A	-	24.498.880	-
	Ações Preferenciais Classe B	-	10.625.326	-

CONTROLADAS

		30/04/2023		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Suzano S.A.	Ações Ordinárias	-	53.443.764	-

		30/04/2023		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Premesa S.A.	Ações Ordinárias	-	53	-

SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM

		30/04/2023		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
IPLF Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	164.116.062	-
	Ações Preferenciais	-	1.432	-

8.14 Planos de previdência

8.14. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	5	4	0	9
c. Número de Membros remunerados	0	1	0	1
d. Nome do plano	-	Suzano Prev	-	-
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-	-
f. Condições para se aposentar antecipadamente	-	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev. e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	-	-
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	2.476.550,85	-	2.476.550,85
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	42.504,12	-	42.504,12
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	-	-

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	4,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneraçãoReal	2.311.329,53	3.344.500,53	3.846.891,16	100.800,00	100.800,00	100.800,00
Valor da menor remuneraçãoReal	399.291,53	821.444,40	3.374.591,60	100.800,00	100.800,00	100.800,00
Valor médio da remuneraçãoReal	2.397.420,17	2.082.972,46	3.610.741,38	100.800,00	100.800,00	100.800,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	<p>Maior valor:</p> <ul style="list-style-type: none"> A maior remuneração anual individual da Diretoria Estatutária refere-se a 1 diretor que exerceu suas funções na Companhia de jan-abr/2022 com término do mandato em 30/04/2022. <p>Menor valor:</p> <p>A apuração considerou a soma de todas as remunerações reconhecidas no resultado de 1 diretor de mai-dez/2022 com início do mandato em 01/05/2022. Todos os diretores exerceram suas funções por menos de 12 meses na Companhia.</p> <p>Valor médio:</p> <ul style="list-style-type: none"> A remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurada com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício. A apuração considerou a soma de todas as remunerações reconhecidas no resultado de 2 diretores de jan-abr/2022 com término do mandato em 30/04/2022 e 2 diretores de mai-dez/2022 com início do mandato em 01/05/2022 dividida por 2 diretores remunerados durante o exercício.
31/12/2021	O valor médio da remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício.
31/12/2020	O valor médio da remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício
Conselho de Administração	
31/12/2022	<p>Menor valor:</p> <p>A apuração considerou a exclusão de todas as remunerações reconhecidas no resultado de 2 membros que exerceram suas funções por menos de 12 meses na Companhia.</p>

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

Órgão	Exercício social corrente previsto em 31.12.2023	Exercício social encerrado em 31.12.2022	Exercício social encerrado em 31.12.2021	Exercício social encerrado em 31.12.2020
Diretoria Estatutária	27%	8%	-	-
Conselho de administração	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
TOTAL	27%	8%	-	-

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

Órgão	Exercício social corrente previsto em 31.12.2023	Exercício social encerrado em 31.12.2022	Exercício social encerrado em 31.12.2021	Exercício social encerrado em 31.12.2020
Diretoria Estatutária	-	-	-	-
Conselho de administração	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

Exercício social corrente (previsão em 31.12.2023)**a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	7.829.334,00	-	7.829.334,00
Sociedades sob controle comum	1.940.008,00	-	-	1.940.008,00

Exercício social encerrado em 31.12.2022**a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	606.943,00	7.416.339,00	-	8.023.282,00
Sociedades sob controle comum	1.453.338,64	-	-	1.453.338,64

Exercício social encerrado em 31.12.2021**a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor**

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.899.996,00	6.858.672,00	-	8.758.668,00
Sociedades sob controle comum	525.000,00	-	-	525.000,00

Exercício social encerrado em 31.12.2020**a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	2.151.662,67	6.858.672,42	-	9.010.335,09
Sociedades sob controle comum	300.000,00	-	-	300.000,00

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	287-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES		
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20		
Período de prestação de serviço	01/01/2017		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das informações trimestrais - ITR e anuais - DFP, a data de contratação dos serviços foi 05 de setembro de 2016.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2022, corresponde ao montante de R\$ 128.861,39, referentes aos serviços de auditoria prestados. Não houve prestação de outros serviços durante o exercício de 2022.		
Justificativa da substituição	Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não aplicável, nenhum dos auditores ou pessoas a eles ligadas foram contratados pela Companhia ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	5	3	0	0	0
Não-liderança	12	7	0	0	0
TOTAL = 27	17	10	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	1	6	0	1	0	0	0
Não-liderança	1	12	0	6	0	0	0
TOTAL = 27	2	18	0	7	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	7	1
Não-liderança	3	11	5
TOTAL = 27	3	18	6

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	8	0	0
Não-liderança	0	0	0	19	0	0
TOTAL = 27	0	0	0	27	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	17	10	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 27	17	10	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	2	18	0	7	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 27	2	18	0	7	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	3	18	6
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 27	3	18	6

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrição dos recursos humanos da Companhia

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Distribuição dos Colaboradores	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	Total
Exercício de 2022					
São Paulo	08	03	16	0	27

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Distribuição dos Colaboradores	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	Total
Exercício de 2022					
São Paulo	0	0	0	02	02

c. índice de rotatividade

Índice Rotatividade	Efetivos	Transferência	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
Exercício de 2022					
São Paulo	27	02	04	04	18,52%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 10.1. acima

Não aplicável.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Políticas de remuneração dos empregados da Companhia

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia garante uma política de remuneração competitiva realizando, anualmente, uma pesquisa de cargos e salários entre as maiores e melhores empresas de diversos segmentos.

A remuneração é composta de um salário fixo mensal, que está relacionado ao nível de complexidade do cargo, além da participação anual nos resultados da empresa através do programa de remuneração variável.

O programa de remuneração variável tem como principais objetivos alavancar negócios e resultados, incentivando os colaboradores em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa, fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão de curto e longo prazo e permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira, além da retenção dos colaboradores. Este programa baseia-se no estabelecimento de metas coletivas e individuais. Essas metas são desdobradas em todos os níveis hierárquicos.

b. política de benefícios

A Companhia fornece no ato da admissão de seus colaboradores os seguintes benefícios: seguro de vida, assistência odontológica, plano de saúde, previdência complementar, vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte, cesta de natal, brinquedos aos filhos dos colaboradores, programa de incentivo ao estudo aos filhos dos colaboradores a partir do ensino fundamental ao ensino médio, kit material escolar, auxílio-creche para colaboradoras e auxílio filho excepcional.

Estes benefícios, por sua vez, são oferecidos através das convenções coletivas e/ou por liberalidade da Companhia.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre (i) a maior remuneração individual e (ii) a mediana da remuneração individual reconhecida no exercício social encerrado em 31.12.2022 é de 19,5 vezes.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Os sindicatos aos quais os colaboradores da Companhia estão vinculados são: o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose e Pasta de Madeira de São Paulo.

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos que representam os seus colaboradores, o que faz com que haja uma relação positiva e produtiva entre as partes.

Diretamente, ou através do sindicato patronal, a Companhia firma vários acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos seus colaboradores que tem, como ponto comum, assuntos como reajuste salarial, benefícios, jornada de trabalho, pausa para refeição e descanso.

Nos últimos 3 exercícios sociais não houve paralisações e greves.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não tem uma Política de Transações com Partes Relacionadas. De acordo com as atuais regras e práticas, os termos e condições de contratos que a Companhia celebra com partes relacionadas são praticados com base em valores de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, entre outros.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano S.A.	31/12/2022	-91.200,48	-5.370,08	-261.371,29	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas.					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Natureza: Comercial. Razão: Montante pago pela Companhia para a Suzano S.A. referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como gastos com telefonia, transmissão de dados, dentre outros no exercício de 2022.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	06/06/2000	-4.603.177,86	-62.686,63	-4.592.433,44	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Organização da Sociedade Civil de interesse Público mantida pela controlada Suzano S.A.					
Objeto contrato	Doações e apoio a projetos sociais relacionados a educação, cultura e meio ambiente					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Natureza: Comercial. Razão: Apoio a projetos sociais com a missão de gerar e difundir conhecimentos e práticas que contribuam para a construção coletiva de uma cultura de sustentabilidade.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Bexma Comercial Ltda.	31/12/2022	3.337.487,91	196.683,92	3.337.460,64	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade com alguns acionistas em comum com a Companhia					
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas e repasse de crédito com a Companhia e a controlada Suzano S.A.					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Natureza: Comercial. Razão: Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2022.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor					
IPLF Holding S.A.	31/12/2022	38.007,83	22.815,02	15.388,44	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia.					
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas com a controlada Suzano S.A.					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Gastos com telefones em 2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Premesa S.A.	31/12/2022	227.700,00	0	227.700,00	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas.					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Premesa S.A.	31/12/2022	882.122,62	882.122,62	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Dividendos a receber exercício 2022 e 2021					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber de controlada					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor					
Outros acionistas	31/12/2022	-5.106.000,00	-5.106.000,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Acionistas da controlada Suzano S.A. e da controlada Premesa S.A.					
Objeto contrato	Distribuição de dividendos da controlada Suzano S.A. exercício 2021					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a pagar					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	01/12/2005	-193.888,33	359,88	-191.244,86	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta					
Objeto contrato	Consultoria imobiliária prestada a controlada Suzano S.A.					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Consultoria em assuntos relacionados à área imobiliária.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	31/12/2022	320.327,04	0	320.327,04	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta					
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas e repasses de créditos.					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2022.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor					
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	31/12/2022	3.361.745,04	0	3.361.745,04	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia.					
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Natureza: Comercial. Razão: Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					
BS Participações S.A.	31/12/2022	864.065,04	0	864.065,04	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade com alguns acionistas em comum com a Companhia					
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Natureza: Comercial. Razão: Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	31/12/2022	911.822,04	0	911.822,04	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade com alguns acionistas em comum com a Companhia					
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Natureza: Comercial. Razão: Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Bizma Investimentos Ltda.	31/12/2022	1.567.438,75	704,35	1.567.880,86	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade com alguns acionistas em comum com a Companhia					
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas com a Companhia e a controlada Suzano S.A.					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Natureza: Comercial. Razão: Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Ibema Companhia Brasileira de Papel	31/12/2022	237.072.031,02	99.607.906,84	6.828.298,39	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente em conjunto, através da sua controlada Suzano S.A.					
Objeto contrato	Transações comerciais					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Natureza: Comercial. Razão: Venda de celulose efetuada pela controlada Suzano S.A. para sua controlada em conjunto Ibema Cia de Papel no exercício de 2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Ibema Companhia Brasileira de Papel	31/12/2022	-14.664.125,97	-3.704.521,18	-26.617.893,61	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente em conjunto, através da sua controlada Suzano S.A.					
Objeto contrato	Transações comerciais					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Natureza: Comercial. Razão: Compra de papel efetuada pela controlada Suzano S.A. da sua controlada em conjunto Ibema Cia de Papel no exercício de 2022.						
Posição contratual do emissor						
Devedor						
Ibema Companhia Brasileira de Papel	31/12/2022	0,00	7.333.926,45	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor						
Sociedade controlada indiretamente em conjunto, através da sua controlada Suzano S.A.						
Objeto contrato						
Dividendos a receber						
Garantia e seguros						
Não existe						
Rescisão ou extinção						
Não há						
Natureza e razão para a operação						
Natureza: Comercial. Razão: Montante refere-se a dividendos a receber em 31 de dezembro de 2022						
Posição contratual do emissor						
Credor						
Ibema Companhia Brasileira de Papel	31/12/2022	-261.862,66	0	-261.862,66	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor						
Sociedade controlada indiretamente em conjunto, através da sua controlada Suzano S.A.						
Objeto contrato						
Compartilhamento de custos e despesas corporativas com a controlada Suzano S.A.						
Garantia e seguros						
Não existe						
Rescisão ou extinção						
Não há						
Natureza e razão para a operação						
Natureza: Comercial. Razão: Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2022.						
Posição contratual do emissor						
Devedor						
Ficus Empreendimentos Participações S.A.	31/12/2022	0,00	-.112.665,51	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor						
Sociedade com alguns acionistas em comum com a Companhia						
Objeto contrato						
Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Ficus.						
Garantia e seguros						
Não existe						
Rescisão ou extinção						
Não há						

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Ficus em 2022					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	31/12/2022	0,00	-111.709,07	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia					
Objeto contrato	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da BVF					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da BVF em 2022					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	31/12/2022	0,00	-223.153,84	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade com alguns acionistas em comum com a Companhia					
Objeto contrato	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Imofors					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Imofors em 2022					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Empreendimentos Imobiliários Lenar Ltda.	31/12/2022	0,00	5.553,22	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade com alguns acionistas em comum com a Companhia					
Objeto contrato	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Lenar.					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Lenar em 2022.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor					
Função Arymax	31/12/2022	3.814,53	290,16	3.622,28	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que tem em seu conselho acionistas da Companhia					
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas com a controlada Suzano S.A.					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Natureza: Comercial. Razão: Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Administradores da Suzano S.A.	31/12/2022	-47.000,00	-5.000,00	3.622,28	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Transação comercial entre os administradores da controlada Suzano S.A. e a Suzano S.A.					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	O montante pago refere-se a transações comerciais envolvendo administradores da Suzano S.A..					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

A Companhia possui órgãos como Diretoria, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário, em pleno exercício de suas funções e responsabilidades, sendo submetida a estes a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita no Estatuto Social vigente. Assim, as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Ainda, como prática de governança corporativa, a Companhia possui (i) Regimento interno do conselho de administração, que determina a abstenção de voto do membro que estiver em conflito de interesse em matéria específica a ser deliberada pelo conselho; e (ii) Código de Conduta que estipula que administradores, gestores e colaboradores do Grupo Suzano devem:

(i) comunicar imediatamente aos seus superiores qualquer ato ou transação comercial sob sua responsabilidade, que envolva empresas onde trabalhem seus Parentes (por “Parentes” entendem-se o cônjuge ou companheiro do colaborador, e ainda os familiares tais como pais, avôs, bisavôs, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios, sobrinhos, primos, tios-avós, sobrinhos-netos, cunhados e concunhados do colaborador e do seu cônjuge ou companheiro(a));

(ii) comunicar aos seus superiores quaisquer participações em sociedades detidas por eles ou por seus Parentes e amigos, assim como interesses comerciais, financeiros ou econômicos, que possam gerar conflitos de interesses; e

(iii) não contratar, nem induzir a contratação de Parentes ou qualquer pessoa com quem mantenham vínculo pessoal na condição de subordinado ou prestador de serviços, sem informar previamente ao seu superior imediato e à área de recursos humanos.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia busca assegurar que todas as operações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas (incluindo seus diretores, conselheiros e principais acionistas e suas afiliadas) apresentem termos tão favoráveis à Companhia quanto os termos que ela poderia obter em negociações com terceiros não considerados partes relacionadas. Tais operações são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização,

Os contratos com partes relacionadas celebrados pela Companhia consideraram as práticas usuais de mercado, definindo prazos para pagamento das obrigações pecuniárias neles estabelecidas, bem como, quando aplicáveis, taxas de juros de mercado, e obrigações não pecuniárias, visando evitar que qualquer unidade operacional seja prejudicada em detrimento a outra.

O caráter estritamente comutativo das condições pactuadas nas operações com partes relacionadas, em cada uma das modalidades celebradas pela Companhia, incluindo o valor total da operação, juros, se aplicáveis, e prazos, está demonstrado no quadro 11.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia considera que as operações com partes relacionadas foram realizadas em conformidade com as práticas usuais de mercado para operações semelhantes. Dessa forma, caso tais operações fossem celebradas com terceiros não considerados partes relacionadas, teriam as mesmas condições principais, incluindo taxa de juros, prazos e valores envolvidos.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
27/04/2023		4.775.670.351,97
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
150.068.292	195.786.314	345.854.606
Capital social por classe de ações preferenciais		
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações	
Preferencial Classe A	137.145.654	
Preferencial Classe B	58.640.660	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: (a) país; (b) mercado; (c) entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; (d) data de admissão à negociação; (e) se houver, indicar o segmento de negociação; (f) data de início de listagem no segmento de negociação; (g) percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; (h) se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; (i) se houver, banco depositário; e (j) se houver, instituição custodiante.

Não aplicável. A Companhia não possui quaisquer valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos além de ações.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos além de ações.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os seguintes códigos de negociação: (i) ações ordinárias - “NEMO3”; (ii) ações preferenciais classe “A” - “NEMO5”; e (iii) ações preferenciais classe “B” – “NEMO6”.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar: (a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; (b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e (c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Marcel Paes de Almeida Piccinno

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

David Feffer

Cargo do responsável

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas

O Diretor Presidente da Companhia atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.



David Feffer
Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

13.2. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.



Marcel Paes de Almeida Piccinno
Diretor de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

13.3. Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 13.1 e 13.2, respectivamente.